



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
81ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

A octagésima primeira reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA – 15º andar - Porto Alegre-RS, no dia quinze de julho de dois mil e quinze, as quatorze horas. **Membros presentes:** Comitê Caí: Tânia Zoppas; Comitê Camaquã: Renato Zenker; Comitê Ibicuí: Ernani Rossi; Comitê Pardo: Julio Salecker; Comitê Baixo Jacuí: Mário Florisbal Damé; Comitê Santa Maria: Eldo Frantz; Comitê Lagoa Mirim: André Luiz Vieira C. Oliveira; SEMA: Maria Patrícia Mollmann; Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação: Pedro A. Dall Acqua; Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional: Margareth Vasata Macchi Silva; Secretaria da Saúde: Julce Clara Silva; Secretaria de Minas e Energia: Jonatan Bronstrup; Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia: Luiz Correa Noronha. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura e Pecuária; Secretaria dos Transportes e Mobilidade; Casa Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Ausência Justificada:** Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia: Luiz Correa Noronha. **Demais:** FEPAM: Diego Polacchini Carrillo; CBH Ibicuí: Mariza Beck; CBH Passo Fundo: Claudir J.; CBH Pardo: Marcos P. Scherer; DRH/DIPLA: Thayse C.S. do Prado; SMMA-PNC: Carlos A. Todeschini; FEPAM: Clebes P.; FEPAM: Glaucus V. B. Ribeiro; ENGEPLUS: Jairo Barth; ENGEPLUS: Fernando Fagundes; CORSAN-Caí: Carlos Alvin Heine; CBH Mirim São Gonçalo: Luiz Alberto Gastaud; DRH/SEMA: Cicero Zorzi; SSP/BM/CABM: Alberto Becker; ENGEPLUS: Josiane Gomes; CEUS/SES/RS: Cizino R. Rocha; AGDI: Edison O. Arnt; AGDI: Diogo M. Nunes; CENTEC: Camila Oliveira; CBH Ijuí: Luis A. Persigo; COAJU: Paulo Roberto Cervi; CBH Baixo Jacuí: Daiane Bittencourt; UFSM/CBH Várzea: Malva Moncuso; CBH Várzea: Simonia G. Oliveira; CRH/RS Patrícia Moreira; DIPLA: Rafael A. E. A presidente Maria Patrícia Möllmann abriu a reunião com a apresentação da Secretaria Estadual de Saúde, representada por Julce Silva e Cizino Rocha, a qual abordou sobre o programa de vigilância da qualidade da água para consumo humano, explicando sua logística e função da entidade, para com o Estado. Foi questionado sobre a problemática acerca da vigilância que tem uma atuação forte da mesma sobre o controle da água do sistema público, enquanto que o sistema privado é esquecido, sem o envolvimento do município. Sugerido, então, a importância de uma mudança nessa realidade de uso indiscriminado da água. Julce Silva - SES concorda que esta é uma questão polêmica, em que esses são pontos de abastecimento aonde existe rede pública. Esclarece a questão, então, afirmando que está completamente normatizado dentro do estado do Rio Grande do Sul, pontuando que a realidade é que cada secretaria tem sua ordem de competência, então, para a Secretaria Estadual de Saúde, a questão da fiscalização tem, sim, o envolvimento da vigilância, porém nesse momento é questionado quais os usos que essas águas estão tendo. Se for para consumo humano, ele não pode ter a licença de outorga. Imediatamente ele teria que se adequar para o uso para consumo humano. A vigilância, então, só permite a utilização do mesmo se tiver uma declaração da CORSAN, por exemplo, alegando que não tem condições de abastecer a área em que aquele poço quer atuar. Pontua, assim, que, em outras condições, quem define o uso é o Departamento de Recursos Hídricos. Questionada acerca da problemática que diz respeito ao mau gerenciamento de informações por parte do sistema, em que é dificultoso identificar as fontes de contaminação dos poços alternativos presentes nos municípios, assim impedindo como saber as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

50 medidas a se tomar em cada foco de contaminação. Cizino Rocha, SES, pede a
51 palavra rapidamente, dizendo que essa dificuldade já tinha sido identificada no
52 SISAGUA anterior, em que o Ministério preparou um grande banco de dados, onde
53 as informações estão muito melhores qualificadas e que, sim, tem-se a possibilidade
54 de fazer essa rastreabilidade com o número da amostra e uma série de informações.
55 Terminando a fala ressaltando que essa dificuldade já foi ultrapassada, que só não
56 tem plena disponibilidade ainda, e se põe á disposição para possíveis dúvidas.
57 Finalizada a apresentação e a Presidente Maria Patrícia solicitou a inclusão da
58 Resolução CRH N. 171/15 – Ad Referendum – Alteração do Regimento Interno do
59 Comitê à pauta. Diretor Meirelles, em seguida, comunica que o cadastro de
60 informação dos usuários da água, ICA, saiu da Divisão de Planejamento e passou
61 para a Divisão de Outorga valendo até agosto, após vai migrar para o CNARH. A
62 secretária retoma a palavra, explicitando a ordem do dia: **1. Aprovação da ata da**
63 **reunião 80ª Reunião Ordinária do CRH/RS** – Dispensada leitura, ata enviada
64 anteriormente. Aprovada por unanimidade. 2. Expediente Administrativo Nº6901-
65 0500/15-1 - Enquadramento das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Baixo
66 Jacuí. Diretor Meirelles toma a palavra e fala da proposta de resolução e
67 enquadramento, lembrando que a mesma questão foi discutida na última reunião e
68 que ele expôs a sua não conformidade com a proposta de enquadramento,
69 ressaltando que isso causou outras reuniões com técnicos da FEPAM e com o
70 comitê e foi apresentada uma defesa do que tinha sido feito. Comenta sobre um
71 possível avanço na proposta, dizendo que poderiam pontuar mais questões na
72 resolução, que tem coisas muito tímidas ainda. Em seguida, explica como foi feita a
73 gestão para a realização do enquadramento, pontuando que foram utilizados três
74 parâmetros para a realização da proposta - nitrogênio amoniacal, o qual não causa
75 influência por que toda a bacia é classificada como classe 1, coliformes fecais e
76 DBO. Pontua, então, que a proposta foi criada em cima de dois parâmetros,
77 coliformes e DBO. Alguém, não identificado, se pronuncia, alegando que foram
78 usados 4 parâmetros. Diretor Meirelles concorda que foram 4 parâmetros, dos quais
79 o fósforo não pôde ser usado por que tem que ter mais estudos para se considerar o
80 fósforo natural da bacia, que não seria poluição, e aborda novamente o nitrogênio
81 que também foi deixado de lado pelo motivo de a bacia ser considerada classe 1, e
82 propõe que no artigo 5º a FEPAM colocasse outros parâmetros que eles deveriam
83 considerar nesse plano de monitoramento, para que quando fosse se fazer uma
84 revisão dessa proposta, ver se atingiram a meta, colocando um pouco mais de
85 gestão na proposta. Em seguida, Diego Carrillo, da FEPAM, toma a palavra dizendo
86 que acompanhou o processo de enquadramento do Baixo Jacuí e que quer
87 esclarecer algumas coisas. Ressalta que esse processo levou uma discussão longa,
88 passando desde a parte de segmentação da bacia até a identificação dos pontos de
89 monitoramento. Tudo isso sendo discutido com o comitê de bacia, com o órgão
90 gestor dos recursos hídricos perante a qualidade e com o órgão gestor que diz
91 respeito à quantidade, sendo essa resolução fruto desse consenso. Chama a
92 atenção para a questão de essa proposta ser questionada na esfera de recursos
93 hídricos, achando coerente cobrar do próprio Estado, um monitoramento mais
94 efetivo. Salaria sobre um ponto que abordou na reunião passada, mostrando
95 decepção pelo parecer de que tudo que está previsto na lei de recursos hídricos é
96 que as decisões sejam descentralizadas, ou seja, tomadas junto aos comitês de
97 bacia, e que não os técnicos tomem a decisão do que a sociedade envolvida com
98 aquela bacia quer ou deixa de querer. Termina a fala deixando em aberto como



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

99 pode ser modificada essa proposta do diretor, alertando para que as propostas
100 venham ao decorrer dos planos de bacia e que não seja tomada a decisão só no
101 final, quando a minuta já estiver pronta. Engenheira Josiane Gomes, da ENGEPLUS,
102 aborda novamente os parâmetros a serem monitorados, fala que na resolução foram
103 colocados os parâmetros considerados para o enquadramento. Os parâmetros
104 indicados para o monitoramento não são só os considerados na resolução, é uma
105 gama maior de parâmetros. A Presidente pergunta, então, se os parâmetros já estão
106 definidos nos planos de ações. Josiane Gomes explica que estão em elaboração,
107 falando que o plano de ações não está fechado, que podem ser feitas indicações
108 para acrescentar no plano. Diretor Meirelles se dirige ao representante da FEPAM,
109 Diego Carrillo, indagando se seria a urgência de se aprovar essa proposta sem ter
110 os pontos de monitoramento, salientando para o fato de estarem aprovando uma
111 resolução que vai remeter a um documento futuro. Diego Carrillo informa que,
112 geralmente, as resoluções não possuem os locais de monitoramento de qualidade
113 de água, não estando previsto nas resoluções. Fala que uma das preocupações
114 quando vão discutir o enquadramento, é que, conforme os manuais da ANA -
115 Agência Nacional de Águas, não faz sentido enquadrar corpo hídrico que não vai ser
116 monitorado. Então terá de ter um ponto de monitoramento representativo em cada
117 trecho dessa segmentação que vai ser apresentada. A localização exata geralmente
118 não consta nas resoluções, não querendo dizer que não possa vir a constar. A
119 Presidente comenta sobre uma proposta feita pelo diretor Fernando Meirelles, que
120 se complementasse o artigo 5º, posteriormente, quando tiver um plano de ações.
121 Questiona, então, se o CRH quer fazer alguma alteração nos pontos que o plano de
122 ação vai definir. Em relação aos parâmetros, pergunta se teria alguma sugestão
123 além dos 4 apresentados. Engenheira Josiane fala que a FEPAM já tem uma gama
124 de parâmetros que ela analisa, responsáveis pela qualidade. Diretor Meirelles
125 lembra que agrotóxico não se pega em água, se pega em sedimentos e vísceras,
126 salientando que é ruim pegar uma bacia agrícola como essa e focar só na água.
127 Diego Carrillo, FEPAM, fala que uma das principais aplicabilidades do
128 enquadramento é disciplinar a questão de lançamento de efluentes e outorga de
129 lançamentos. Fala que, na prática, os parâmetros “que importam” são coliformes e
130 DBO, os outros parâmetros têm muito pouca influência nos licenciamentos, e que os
131 parâmetros são definidos de acordo com cada bacia; nessa bacia não foi identificada
132 a necessidade de acrescentar mais parâmetros na Resolução de enquadramento,
133 não significando que não haja monitoramento. A Presidente alerta para algumas
134 mudanças nos artigos, sendo um deles salientando que o enquadramento é passível
135 de revisão na avaliação da meta intermediária. O representante do Comitê Camaquã
136 Renato Zenker contribui relatando sobre a fase de levantamento de diagnóstico pela
137 qual o comitê está passando, e diz que concorda com o Diretor Meirelles de a água
138 não ser indicativo de comprometimento; que teriam que apelar para os indicadores.
139 A Presidente expõe uma proposta da SEMA, a qual é incluir os parâmetros no plano
140 de ações como um alerta para revisão na meta intermediária. Engenheira Josiane,
141 ENGEPLUS, se manifesta abordando o tempo de revisão do plano de bacia, que
142 não é cumprido. Depois de algumas manifestações acerca da classe da bacia
143 escolhida pela comunidade, e questionamento se essa classificação têm suas
144 consequências explicitadas para a comunidade que usufrui da bacia, o Diretor
145 Meirelles salienta dois pontos aos quais chama a atenção: o que ele pretendia era
146 fazer uma gestão mais qualificada para esse processo, salientando a insegurança
147 jurídica causada pela revisão do plano estipulada para a cada dois anos, em que se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

148 teria uma segurança maior com um intervalo de dez anos para as revisões. A
149 presidente coloca para aprovação a Resolução de Enquadramento com sugestão de
150 alteração: no art. 5º para incluir a expressão “parâmetros” e inclusão do art. 8º, para
151 referir que o enquadramento é passível de revisão, pelo menos, na avaliação da
152 meta intermediária. Aprovada proposta com alterações - 11 votos favoráveis -
153 unanimidade. **3. Projeto de Monitoramento Climático e Desastres Naturais** –
154 Apresentação da proposta, fonte de financiamento e requerimento de Moção CRH
155 de apoio - Diretor Meirelles apresentou o Sistema de Monitoramento de Gestão de
156 Desastres Naturais, vendo a possibilidade de ampliar as localidades dos radares
157 pelo Estado. A SEMA deverá incluir na sua peça orçamentária que irá para a CTPA.
158 **4. Expedientes Administrativos Nº9974-0500/15-4 e Expediente Administrativo**
159 **688-0500/15-7 – Homologação do processo eleitoral das entidades e diretorias**
160 **dos Comitês Tramandaí e Baixo Jacuí** - Carmem Silva, Secretária Executiva
161 Adjunta CRH/RS informa que os Comitês cumpriram todos os passos da Resolução
162 CRH Nº28/06 que rege os processos eleitorais. Colocado em aprovação –
163 Homologados os processos eleitorais - 9 votos – unanimidade. **5. Expediente**
164 **Administrativo Nº 5919-0500/15-8 – Deliberações Comitês Sinos** – Apresentado
165 o resultado da CTIJ dos questionamentos do Comitê sobre a linearidade dos
166 membros titulares e suplentes – Mesmo que meritória a proposta precisa ser
167 alterada a Resolução 28/06 e quanto ao quórum mínimo o Comitê deverá adequar o
168 seu regimento interno. Aprovado o parecer da CTIJ Aprovada por unanimidade. **6.**
169 Nova composição da Secretaria Executiva do FRH/RS – A Presidente submeteu a
170 plenária os nomes da Patrícia Moreira Cardoso, Secretária Executiva do FRH/RS e
171 Maria de Lourdes Alves, Secretária Executiva Adjunta do FRH/RS. Aprovado por
172 unanimidade. **7. Projetos de Leis Nº 109 e 117/2015 – Assembleia Legislativa RS.**
173 O Diretor Meirelles fez a apresentação e justificativas dos Projetos de Leis que estão
174 na Assembleia Legislativa do Estado, juntamente com a presidente Maria Patricia. **8.**
175 **Resolução CRH N. 171/15 – Ad Referendum – Alteração do Regimento Interno**
176 **do Comitê Sinos** - Carmem Silva esclarece a situação dizendo que há anos a
177 homologação do processo do Sinos passa pelo CRH, sendo a Débora como
178 Secretária Administrativa, mas a CAGE não aprovaria a prestação de contas dessa
179 maneira para poderem tocar o convênio novo; então, foi feito ad referendum, mas o
180 comitê terá que mexer mais ainda no regimento interno. Não passou pela plenária do
181 Comitê, só pela CPA – Comissão Permanente de Assessoramento. Foi discutido
182 sobre a prestação de contas, em que a Patrícia explicou todo o procedimento.
183 Mariza Becker, Comitê Ibicuí observa a interferência que a CAGE faz no
184 funcionamento dos Comitês de Bacia, e no quanto isso dificulta o trabalho dos
185 mesmos, transparecendo uma insegurança muito grande. Em seguida, Meirelles
186 falou sobre o processo lento que é fazer uma mudança e que todos sabem que é
187 com dinheiro público que lidam e que, assim, é complicada a gestão com o mesmo.
188 Sr. Carlos A. Todeschini, Secretário do Meio Ambiente de Canoas, se manifesta
189 contrariamente ao modo que as coisas são conduzidas, sendo não compatíveis com
190 o processo democrático, segundo ele. Não passou pela plenária do Comitê. Devido
191 aos fatos, a Presidente Maria Patricia solicitou que a alteração passe pela plenária
192 do Comitê e retorne ao CRH para aprovação. O presidente da CTPA, Sr. Julio
193 Salecker, diante do problema que a SEMA vem encontrando para execução dos
194 projetos solicitou a Presidente Maria Patricia que se faça uma consulta à
195 Procuradoria Geral do Estado sobre o contingenciamento do FRH e entregou o OF.
196 01/15. Aprovado por unanimidade - 9 votos Encaminhamento consulta à PGE sobre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

197 o contingenciamento do FRH. Abrir SPI específico com cópia do ofício, cópia da ata
198 da CTPA e planilhas e extratos trazidos pela Secretária Executiva do FRH reunião
199 da CTPA. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente Maria Patrícia Möllmann
200 encerrou a reunião e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, secretária executiva
201 adjunta do CRH/RS lavro esta ata.